

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	1
Título: Com demanda baixa, Petrobras fixa meta de produção	1
Título: Energia pode ter nova onda de migração	3
Título: Destaques	5
Título: Ore capta para investir em mineração	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Governo banca conta de luz de baixa renda	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Governo deve bancar conta de energia de 9,4 milhões de famílias pobres	8

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/04/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Com demanda baixa, Petrobras fixa meta de produção

A Petrobras anunciou ontem que pretende manter a sua produção nacional de petróleo num patamar médio de 2,07 milhões de barris diários em abril - volume 6% abaixo da meta anual da companhia e que já incorpora o corte de 200 mil barris diários divulgado na semana passada. Diante da contração da demanda pela commodity no mercado global, frente à crise econômica desencadeada pela pandemia do novo coronavírus, a petroleira sinaliza que vai segurar suas operações no nível indicado. Segundo a estatal, as atividades das plataformas serão monitoradas diariamente e os cortes poderão ser ampliados ou reduzidos de forma a garantir o compromisso de produção ao fim do mês.

A empresa informou ainda que não descarta novos ajustes, em caso de necessidade. O anúncio ocorre em meio à tentativa de aproximação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) junto ao Brasil, para negociação de um possível acordo global para reduzir a sobreoferta mundial da commodity. O mercado observa com atenção os desdobramentos da reunião entre Opep e países convidados e o encontro entre países do G20 sobre o a crise, esta semana, com curiosidade sobre como o Brasil se comportará.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, confirmou sua presença na reunião com representantes dos países do G20, para discutir o choque dos preços, e tem mantido contato com autoridades da Arábia Saudita e dos Estados Unidos. Albuquerque, no entanto, não confirmou sua ida ao encontro convocado pela Opep.

Já a Petrobras esclareceu que não foi convidada para a reunião da Opep. A estatal é comandada por um cético sobre a cartelização. O presidente da companhia, Roberto Castello Branco, disse recentemente que a guerra de preços entre Arábia Saudita e Rússia é a mostra clara de que a Opep e países aliados (a Opep+) não tem mais poder de determinar preços a médio e longo prazos.

“É difícil a coordenação de interesses distintos. A guerra de preços é exatamente por isso. Não há acordos entre eles [membros da Opep+]”, disse o executivo, na semana passada, em evento on-line promovido pela XP.

Independente se o Brasil e a Petrobras vão aderir ou não ao acordo com a Opep, é inevitável que a empresa tenha que manter ou até mesmo ampliar o corte de sua produção. “Se não houver um acordo entre os países produtores, de um jeito ou de outro a produção terá que ser cortada pelas empresas”, afirma Marcelo de Assis, chefe de pesquisa da área de exploração e produção de petróleo da Wood Mackenzie na América Latina.

Assis não acredita que o Brasil vá aderir ao convite de integrar a Opep, uma vez que possui um ambiente de negócios marcado pela pluralidade de empresas

privadas. Ele vê espaço, no entanto, para que o Brasil participe de um esforço coordenado com as demais potências petrolíferas, de forma pontual, para enxugar a sobreoferta global.

“Vai ser interessante observar o que vai acontecer esta semana. Se o Brasil aderir aos cortes, como vai ser a repartição entre a Petrobras e as outras empresas? É difícil de imaginar. Mas um acordo agora provavelmente será mais atrativo do que uma corrida de cortes no meio de colapso de preços, mais para frente”, afirma.

O advogado Giovani Loss, da área de Infraestrutura e Energia do escritório Mattos Filho, explica que, legalmente, não há impeditivos para que o Brasil faça parte de uma coordenação com outros países produtores por cortes na produção. Essa redução, contudo, teria que partir da Petrobras, como braço estatal da União, ou de forma negociada com as petroleiras privadas. “A legislação não permite que o governo limite a produção de operadores privados, a não ser que haja acordo”, resume. “É por isso que os membros da Opep, em geral, são países que possuem estatais muito fortes”, complementa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Letícia Fucuchima — Do Rio e de São Paulo

Título: Energia pode ter nova onda de migração

A queda do preço da energia no mercado livre, em função da redução da demanda e do aumento da oferta excedente, aliada ao processo de abertura do mercado em curso pelo governo e o Congresso, pode provocar uma nova onda de migração de consumidores para o ambiente livre, quando houver a retomada da atividade econômica, na opinião de especialistas ouvidos pelo **Valor**. O ambiente livre responde por um terço do mercado total de energia do país e movimentava R\$ 134 bilhões por ano.

Nas últimas duas semanas, o preço de liquidação das diferenças (PLD), referência para o preço de energia de curto prazo, está no piso regulatório de R\$ 39,68 por megawatt-hora (MWh). Para 2021, já é observada redução de 10% no preço da energia, de acordo com a comercializadora Capitale Energia. Para abril e maio, os contratos estão com valores muito próximos do piso, segundo Rafael Mathias, sócio-fundador da empresa.

Devido ao efeito da pandemia do novo coronavírus na atividade econômica, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) reviram a

projeção da carga do país em 2020, de um crescimento de 4,2% para uma queda de 0,9% em relação a 2019. A consultoria Roland Berger, por sua vez, estima uma redução de 4% do consumo de energia no país em 2020. Nos meses mais agudos de crise, a previsão é uma queda de até 20%, considerando o impacto do isolamento social na Europa.

No racionamento ocorrido entre 2001 e 2002, o consumo de energia caiu cerca de 20%. Devido a medidas de eficiência energética adotadas por indústrias na ocasião, a demanda só voltou ao patamar pré-acionamento seis anos depois. O excesso de oferta no sistema, aliado à regulamentação da figura do consumidor livre, em 2004, gerou um forte movimento de migração para o ambiente livre, na ocasião. Pela legislação da época, poderiam migrar para o mercado livre empresas com demanda mínima de 3 megawatts (MW).

Hoje, o patamar mínimo é de 2 MW. De acordo com portaria publicada pelo **Ministério de Minas e Energia** no fim do ano passado, o limite será reduzido para 1,5 MW, em 2021, para 1 MW, em 2022, e finalmente 0,5 MW, em 2023. Empresas com demanda a partir de 0,5 MW já podem comprar energia no mercado livre hoje, mas desde que seja de fonte eólica, solar, biomassa ou de pequena hidrelétrica.

Em paralelo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 232/16, já aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura da Casa, prevê a liberação total do mercado, inclusive para consumidores residenciais, em três anos e meio.

“Não tenho dúvida de que isso [onda de migração] vai se repetir”, disse Carlos Faria, presidente da Associação Nacional de Consumidores de Energia (Anace).

“Se superarmos a crise e mantivermos o arcabouço legal, as perspectivas para o mercado livre são bastante promissoras”, afirmou o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadoras de Energia (Abraceel), Ricardo Medeiros.

Para o presidente da Tradener, primeira comercializadora autorizada a atuar no país, Walfrido Ávila, a crise atual é uma boa oportunidade para se pensar na dinâmica de abertura total do mercado. “O governo desembolsaria menos dinheiro se pudesse tirar o setor dos problemas dessa crise”, disse o executivo, que também enxerga nas negociações bilaterais uma vantagem do ambiente livre.

Na visão de um especialista que pediu anonimato, a redução do mercado cativo por causa da migração para o ambiente livre, assim como pelo crescimento da geração distribuída, é uma preocupação válida das distribuidoras de energia e que precisa ser levada em conta na reforma do setor elétrico. “Tem que haver uma transição suave para o novo modelo”, afirmou.

Um problema levantado por especialistas é como ajustar a carteira das distribuidoras, que, estimuladas por projeções do governo em anos anteriores, já contrataram um volume expressivo de energia para os próximos anos. Eles defendem que esses contratos legados sejam resolvidos, porém sem dar margem à judicialização.

Essa preocupação também é indicada pelo presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Segundo ele, o cenário de sobrecontratação das distribuidoras reflete o quanto a regulação do setor precisa ser aperfeiçoada. Um exemplo disso, explicou, é a necessidade de separar a atividade do “fio” da distribuidora da comercialização de energia.

Sales, porém, é cético com relação a um novo “boom” de migração no setor. “Hoje está tudo meio parado. O PLD está no piso. Mas que segurança se tem com relação a essa perspectiva de preço?”, questionou o especialista.

Ávila também acredita que o mercado livre, assim como o regulado, terá uma alta de preços no curto prazo. Segundo ele, a disparada do dólar e o aumento dos insumos deverão encarecer projetos do mercado livre de fontes renováveis, como eólica, solar e pequenas hidrelétricas. “Não vejo como os dois mercados não passarem por uma subida de preços”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/04/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Indenização da Vale

O governo de Minas Gerais espera fechar nas próximas semanas um grande acordo com a mineradora Vale que permitirá que o Estado seja indenizado pelos danos econômicos produzidos pela tragédia de Brumadinho. A equipe do governador Romeu Zema (Novo) considera que o acordo terá um efeito anticíclico na economia mineira num momento em que a pandemia de coronavírus provoca forte retração na atividade e na arrecadação. O acordo que está sendo celebrado não prevê transferência de recursos em dinheiro para o Estado, mas sim a realização de obras de infraestrutura pela Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/04/2020****Seção: Finanças****Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo****Título: Ore capta para investir em mineração****Alvo são empresas em estágio inicial, que fazem prospecção e estudos minerais**

A gestora Ore Investments, fundada no país no ano passado, levantou seu primeiro fundo de private equity. A captação foi de US\$ 46 milhões (cerca de R\$ 230 milhões) para investimento especificamente no setor de mineração. O alvo são empresas em estágio inicial, que fazem prospecção e estudos minerais.

Apesar da crise e seus efeitos econômicos, o fundo seguirá numa segunda etapa de captação, com a meta de chegar ao fim do ano com US\$ 80 milhões no total e fechar a primeira transação ainda neste ano. “Há escassez de capital de risco para incentivo à prospecção geológica e descoberta de novas jazidas minerais no país”, diz Mauro Barros, presidente da Ore.

A Ore tem atualmente 20 negócios em análise e quer definir até oito transações até 2022. A gestora busca projetos relacionados a ouro, cobre, lítio e fosfato. Entre os investidores estão gestoras de private equity, como a brasileira Spectra e casas americanas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/04/2020****Seção: Economia****Autor: Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Governo banca conta de luz de baixa renda**

Tarifa Social receberá R\$ 900 milhões; desde 2015 Tesouro não fazia aportes

Pela primeira vez em cinco anos, o governo vai aportar recursos para bancar a conta de luz da população mais pobre. Após semanas de debates intensos entre técnicos, o Ministério da Economia aceitou destinar R\$ 900 milhões ao programa Tarifa Social, que atende a 9,4 milhões de famílias, segundo apurou o ‘Estado/ Broadcast’. A proposta faz parte das ações de enfrentamento ao avanço do novo coronavírus no País. Uma medida provisória (MP) sobre o tema está em fase final de elaboração e prevê que o Tesouro ajude a pagar a conta de luz das pessoas de baixa renda, por até três meses, desde que o consumo seja de, no máximo, até 220 kWh. A MP passa a vigorar assim que é editada, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias.

A isenção dos pagamentos para a população de baixa renda deve custar entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,2 bilhão, mais do que o aporte da União. Por isso, o restante dos recursos deve vir de sobras de recursos de um fundo setorial – a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Portanto, não haverá impacto para os demais consumidores. Entre as sobras estão cerca de R\$ 200 milhões em recursos do Luz Para Todos não utilizados no ano passado, além de obras do programa previstas para 2020 que vão atrasar. A queda no preço dos combustíveis utilizados para abastecer termelétricas da Região Norte – e que são bancadas pelo fundo setorial – também vai contribuir.

Descontos. O programa Tarifa Social concede descontos escalonados de 10% a 65% na conta de luz de famílias de baixa renda, de acordo com a faixa de consumo. Neste ano, ele deve custar R\$ 2,594 bilhões, que serão arrecadados por meio das tarifas. Mais da metade do universo de famílias atendidas vivem no Nordeste. Mas desde 2015, o Tesouro não aporta recursos no programa, e ele é custeado por meio das contas de luz dos demais consumidores.

Até 2014, os descontos do programa eram bancados pelo governo federal, que transferia recursos do Orçamento para o fundo setorial CDE. Esse fundo, por sua vez, fazia os repasses às distribuidoras de energia. Isso deixou de ocorrer em 2015, pelas dificuldades do governo para cumprir a meta fiscal. Com a aprovação do estado de calamidade, a União ficou dispensada de atingi-la.

O programa. O Tarifa Social funciona de forma escalonada, como o recolhimento de Imposto de Renda. Exemplo: uma família com consumo mensal de 250 kWh paga os primeiros 30 kWh com 65% de desconto; a faixa entre 31 kWh e 100 kWh com 40% de desconto; a parcela entre 101 kWh e 220 kWh com 10% de desconto; e a parte acima de 220 kWh sem desconto algum. Para ter direito ao benefício, as famílias devem estar inscritas no Cadastro Único do Ministério da Cidadania e comprovar renda per capita que não exceda 0,5 salário mínimo. Por ano, cada família recebe, em média, R\$ 200 de subsídio.

Distribuidoras. Além de apoio às famílias de baixa renda, a medida vai ajudar as distribuidoras de energia, que tem cobrado o governo auxílio ao setor. Isso porque, ao bancar as despesas em nome das famílias, o Tesouro vai impedir que as concessionárias sofram os efeitos da inadimplência nos pagamentos, caso essas pessoas tenham dificuldades financeiras nos próximos meses. Assim, o dinheiro entra direto no caixa das empresas.

A ajuda às famílias de baixa renda era vista como necessária, já que a Aneel proibiu, por 90 dias, cortes no fornecimento de energia por inadimplência devido à pandemia de covid-19. A suspensão de cortes foi tomada por causa das dificuldades de deslocamento da população, já que mais da metade das pessoas paga as contas em agências bancárias, lotéricas e redes de atendimento das

próprias distribuidoras, todas com atendimento reduzido em razão da pandemia.

Congresso. Nas últimas semanas, diversos parlamentares começaram a se movimentar para apresentar propostas que aumentem a cobertura do programa Tarifa Social. Presidente da Comissão de Infraestrutura, o senador Marcos Rogério (DEM-RO) propôs que os gastos fossem bancados com recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que representam 0,5% da receita operacional líquida das distribuidoras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/04/2020

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Governo deve bancar conta de energia de 9,4 milhões de famílias pobres

Brasília- O ministro Paulo Guedes (Economia) avalia bancar as contas de luz de cerca de 9,4 milhões de famílias carentes pelos próximos três meses. A medida será adotada por causa da crise provocada pelo coronavírus.

Assessores do governo envolvidos nas discussões afirmam que uma MP (medida provisória) irá definir os detalhes do programa.

A princípio, a iniciativa só será válida para famílias com consumo médio de 220 kWh. Mais da metade desse grupo vive no Nordeste.

Ainda se discute se o benefício poderia ser estendido para os trabalhadores que forem demitidos.

O grupo agora beneficiado já é coberto pelo Tarifa Social, programa que concede descontos às famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério da Cidadania com renda média per capita de meio salário (R\$ 522,50). Nesse caso, o subsídio é de cerca de R\$ 200.

A ajuda extra neste momento foi estimada em até R\$ 1,2 bilhão. A maior parte dessa despesa (R\$ 900 milhões) será bancada pelo Tesouro.

A diferença sairá de sobras de fundos setoriais, como a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e do Luz Para Todos. Ou seja: os demais consumidores não pagarão a mais em suas contas para que os mais carentes sejam beneficiados.

Caso seja confirmada, a medida vai dar um fôlego às distribuidoras, que estão preocupadas com o aumento da inadimplência.

As empresas não teriam nem sequer como cortar o fornecimento de energia, porque ficaram proibidas por uma determinação da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) no período da pandemia.

Nesta terça-feira (7), as empresas do setor ganharam outro reforço da agência, que decidiu liberar até R\$ 2,2 bilhões de saldo de um fundo de reserva de encargos para cobrir perdas de geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Esse dinheiro, no entanto, só poderá ser usado por companhias que tenham alguma dificuldade de cumprir com suas obrigações com o sistema elétrico. Não poderão, por exemplo, reforçar o caixa com esse dinheiro. A maior parte (R\$ 1,47 bilhão) será direcionada para as distribuidoras.

OIT vê efeito catastrófico no mercado de trabalho

O número de horas que deixarão de ser trabalhadas no mundo por causa da pandemia de coronavírus no segundo trimestre de 2020 equivale à perda de 195 milhões de trabalhadores em tempo integral, afirmou a OIT (Organização Mundial do Trabalho), da ONU.

O efeito, descrito como "catastrófico", significa uma redução de 6,7% na carga de trabalho. Segundo o órgão da ONU, 1,25 bilhão de trabalhadores (dois quintos do total de 3,3 bilhões) estão em setores muito atingidos pela pandemia, como comércio, turismo, gastronomia e serviços em geral.

MME / ASCOM .